



# “Vivemos num mundo transtornado”

“We live in a troubled world”

Recebido: 28/02/2017. Aprovado: 30/03/2017.

*Marcio Bolda da Silva\**

**Resumo:** *Focados no tempo presente, há uma preocupação que nos inquieta e insiste em não nos deixar sossegados. A respeito dela o comentário generalizado sempre está repisando a mesma tecla: atualmente, “vivemos num mundo transtornado”, conturbado por situações de vazio, de desintegração, de esgotamento... É sob a luz da tentativa de diagnosticar esse mal-estar que impregna a cultura, a sociedade moderna, nossa vida cotidiana, que o artigo inscreve seu objetivo e delimita sua área de investigação. Para levar a cabo essa tarefa eloquente, a análise criteriosa se apoia em quatro polos de diagnose, quais sejam: a secularização, a racionalidade instrumental, a atomização social e o niilismo como “o mais sinistro dos hóspedes”. A explicitação dessas ideias contundentes favorece a visão e a compreensão mais amplas do porquê de estarmos gestando um mundo assim desencantado.*

**Palavras-chave:** *Secularização. Racionalidade instrumental. Atomização social. Niilismo.*

**Abstract:** *Because we are focused on the present moment, there’s a concern that worries us and makes us restless. Regarding that, the overall comment is still the same: we live in a troubled world, marked by emptiness, disintegration and exhaustion. The present article defines its objective and focuses its area of investigation under the attempt to diagnose this uneasiness that pervades everyday life and the modern society. In order to fulfill this task, the rigorous analysis is based on four research topics: the secularization, the instrumental rationality, the social atomization and the nihilism as “the uncanniest of all guests”. The explanation of such strong ideas amplifies the understanding of the reasons why we live in a world so disenchanting.*

**Keywords:** *Secularization. Instrumental rationality. Social atomization. Nihilism.*

---

\* Doutor em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, Itália. Doutor em Teologia Moral, pela Academia Alfonsiana, Roma, Itália.

E-mail: [marciobolda@itesc.org.br](mailto:marciobolda@itesc.org.br)



## Introdução

No panorama filosófico, desde o final do século XIX, vem se alastrando a preocupação que se atém à espinhosa tarefa de diagnosticar os mal-estares que impregnam a civilização, a sociedade e a cultura moderna, considerados também como os verdadeiros germes de seu declínio e superação pela gênese de uma nova época, ainda em curso de ser desentranhada como “pós”, “hiper”-moderna, pós-metafísica, ou modernidade tardia... Ou, lá vai se saber que tipo de escamoteação teórica e camuflagem conceitual que se possa aditar-lhe!?

Deixando de lado as digressões premonitórias sobre o futuro ou a identidade de um possível novo tempo pós-moderno, uma evidência se apresenta notória: de há muito que o discurso filosófico se alimenta da mesma retórica sobre as condições, as causas relacionadas ao estado de falência e esgotamento do momento epocal ao qual pertencemos. A diagnose sobre o mal-estar que contagia nosso tempo se mostra farta e eclética. Muitas ideias e suposições estão em contenda e disputam a *mise-en-scène* desse palco conturbado, onde se representa a lengalenga tragicômica do por quê vivemos em um tempo marcado pela dissolução, pelo caos, pela fragmentação, pelo vazio existencial, pelo relativismo narcisista e tantas outras perdas e catástrofes...

Para desenhar esse painel com várias lucubrações em causa, não há dúvida de que os pontos de vista se entrecruzam e se chocam. Desse emaranhado de suposições, consideramos que quatro tentativas de investigação aglutinam mais força e, por isso, concentram ideias mais impactantes.

### 1 “Secularizar” é “dessacralizar”

A primeira pista que destacamos se alinha à compreensão de que as raízes para esse diagnóstico devem ser buscadas no longo e ininterrupto processo de *secularização*, iniciado pelo Iluminismo, no século XVIII. De lá para cá, o que se presenciou foi um movimento lento e gradual de expansão da reivindicação de autonomia secular e imanente das realidades terrestres. Tal autonomia, no entanto, só pode ser justificada e legitimada, à medida em que laços de dependência sejam cortados.

É certo que a primeira grande empreitada realizada sob a alcunha da secularização é a separação da religião e da política, concedendo ao Estado a prerrogativa da neutralidade. A partir daí será só uma questão de tempo, para que a onda de “dessacralização” possa atingir todas as outras



áreas. As de maior impacto ultimamente na vida cotidiana são as que estão relacionadas com os costumes e padrões de comportamento moral atinentes à sexualidade, ao matrimônio, à família e às questões de bioética.

Um aceno ainda se faz necessário realçar. Não se entende corretamente o processo de secularização sem o vínculo estreito e indissolúvel com a onda de “dessacralização”. De modo sucinto, vale arriscar no postulado que faz convergir: “secularizar” é “dessacralizar”. De fato, o espaço que ampliou o laicismo cultural, a autonomia das atividades humanas, a liberdade de consciência e o ideal democrático, só foi obtido a duras penas. E isso se explica pelo embate impetuoso que o movimento secularista precisou empunhar: *desmitificar*, para isolar ou amputar a influência avassaladora da religião, da igreja na sociedade.

Historicamente o que se verifica é que a intrepidez dessa iniciativa foi ter apostado e investido em uma nova base de sustentação para a compreensão dos fatos e da realidade, a saber, a racionalidade científica e a perspectiva imanentista. Sob a ótica secularista, o quadro de referência para fundamentar valores e significados já não dispõe de uma única e absoluta direção, a que aponta exclusivamente para o sagrado e repousa no transcendente. Esta via não é de todo obstruída, como bem sabemos, pois o fenômeno religioso se mantém vivo e disputando espaço de influência nas sociedades. Mas, o grande ganho que vem em favor do processo de secularização é o alargamento e a distensão de todos os espaços da vida sociopolítica em direção à afirmação e à existência real do “pluralismo”.

Todavia, é aqui que a discussão esbarra em um ponto melindroso. É óbvio que os simpatizantes da secularização a defendem como conquista positiva para a cultura e o mundo ocidental; do outro lado da margem, porém, se colocam os que criticam e advogam que a “perda do sagrado” ou, como diz Marcel Gauchet, o “esgotamento do reino do invisível” produz esse “mundo desencantado”, tumultuado em que vivemos atualmente. Na verdade, essa ideia do “desencantamento do mundo” é a famosa tese de Max Weber e ele a justifica levando em consideração o “politeísmo dos valores” predominante no mundo moderno, em cujo horizonte plural coabitam “deuses e demônios”.

## 2 A razão instrumental

Seguindo por outra via, há uma pista de investigação que tenta captar as causas propícias ao estado de esgotamento em que está mer-



gulhada a cultura contemporânea em uma das fontes mais caras à identidade moderna, o estonteante e paradoxal mundo da *técnica* e do *saber tecnológico*. Como referência à problemática, é muito citado o ensaio heideggeriano “A questão da técnica”<sup>1</sup>.

Da análise de Heidegger consideramos que dois aspectos merecem ser sublinhados. O primeiro diz respeito à persuasão de que a realidade da técnica é um elemento característico do mundo moderno e contemporâneo; nela desponta a própria vocação do Ocidente, como também a ela seu destino está intimamente ligado.

Foi na Modernidade que surgiu e se consolidou a razão calculadora e o pensamento planificador. A título de exemplo, é oportuno lembrar a compreensão mecânica cartesiana que submete a *res extensa* à clivagem do cálculo e da quantificação matemática. Como consequência, a *ratio* calculadora entranha a *mens* da ciência moderna e seu enquadramento operacional é projetado e forjado na figura da técnica.

O reconhecimento do domínio da razão calculadora conduz ao segundo aspecto da argumentação heideggeriana, a ser evidenciado. A ponderação evoca propriamente uma chamada de atenção. Na relação entre ser humano e técnica, segundo Heidegger, pode ocorrer uma digressão. Esse é o tipo de relação que não está imune à distorção em que o homem tende a transformar-se em uma das peças entre tantos entes disponíveis à utilização e à instrumentalidade técnica.

Semelhante vulnerabilidade se manifesta, principalmente, quando o homem se coloca na posição de senhor e dominador da terra sob o impulso da técnica. As consequências desse ocultamento são inevitáveis: a perda de sua diferença e autonomia. O resgate de si mesmo conclama o homem à necessidade do “desocultamento” da *alethéia* (verdade) conjugada ao liame indesatável que existe entre *poiesis*, *techné* e *episteme*<sup>2</sup>.

A questão da técnica também é alvo de crítica sob outro prisma. Para Charles Taylor, a aura de prestígio que envolve a tecnologia faz acreditar que a busca das soluções tecnológicas tem prevalência sobre modelos que optam por caminhos diferentes. No âmbito das soluções que primam pela eficiência e pela especialização, é certo que o posto de primazia é ocupado pela *razão instrumental*. O poder de atração e

<sup>1</sup> Cf. HEIDEGGER, M. “A questão da técnica”. In: *Ensaios e Conferências*. Petrópolis: Vozes, 2001.

<sup>2</sup> Cf. LEOPOLDO E SILVA, F. “Martin Heidegger e a técnica”. In: *Scientiae Studia*, São Paulo (2007). v. 5, n. 3, p. 369-74.



persuasão que ela exerce tem muito a ver com a racionalidade eficiente e utilitarista que a justifica. O mundo pragmático é levado pelo forte apelo que detêm as soluções ordenadas ao sucesso e à praticidade.

Além disso, desde que as “velhas ordens” entraram em crise e em processo de desintegração, o que se alargou imensamente foi o espaço de influência e de domínio da razão instrumental. “Uma vez que a sociedade não possui mais uma estrutura sagrada, que os arranjos sociais e os modos de ação não estão mais fundamentados na ordem das coisas ou na vontade de Deus, eles estão, em certo sentido, ‘disponíveis’. Podem ser redefinidos tendo suas consequências voltadas para a felicidade e o bem-estar dos indivíduos como nossa meta. O critério que doravante se aplica é o da razão instrumental. De maneira similar, uma vez que as criaturas que nos cercam perdem o significado que lhes foi atribuído de acordo com seu lugar na cadeia dos seres, elas podem ser tratadas como matéria-prima ou instrumentos para nossos projetos”<sup>3</sup>.

No fundo o que aqui se presencia é uma mudança de perspectiva do modo como se concebe e se constrói a razão pela qual se questiona e se representa a posição do homem dentro da natureza e sua capacidade e emancipação “poiética”. Pela representação metafísica, particularmente, de cunho aristotélico-tomista, a presumível “disponibilidade” dos entes não pode ser requisitada sem o vínculo indissolúvel com o significado de sua essência e finalidade na totalidade da ordem das coisas. Dentro do todo, é como se cada ente estivesse favorecido por uma certa aura de sacralidade; sob este véu protetor, seu lugar e sua posição de individualidade e especificidade estão garantidos de modo inexorável.

Isso se perde e se rompe com a racionalidade instrumental. A mudança de perspectiva se dá por uma inversão radical. No plano da instrumentalidade técnica, os entes se tornam “disponíveis” em vista da satisfação do grau de felicidade e bem-estar dos indivíduos. Como foi dito acima, são identificados como “matéria-prima” disponível aos projetos humanos de desenvolvimento e progresso econômico.

Daí, de acordo com a opinião de Charles Taylor, é fácil de entender por que a razão instrumental é o tipo de racionalidade “em que nos baseamos ao calcular a aplicação mais econômica dos meios para determinado fim. Eficiência máxima, a melhor relação custo-benefício, é sua medida de sucesso”<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> TAYLOR, C. *A ética da autenticidade*. São Paulo: É Realizações, 2011. p.14.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p.14.



Por conseguinte, também se torna fácil de supor que a prevalência que tal racionalidade detém pode ser cogitada e indicada como um dos fenômenos desencadeadores do desencantamento do mundo. A visão angusta em que as decisões se reduzem aos critérios utilitaristas da eficiência e do custo-benefício acoberta sérios riscos de ameaça à vida, às necessidades do meio ambiente, etc.

Já é comum vincular o tão propalado “desastre ecológico” ao crescimento econômico que se deixa pautar unicamente pela exigência de “maximização” da produção. Por este viés, o desencantamento do mundo se vislumbra no eclipse com que os fins independentes, os outros valores são ofuscados pela priorização das soluções tecnológicas.

### 3 A atomização social

O passo seguinte toma a direção dos que apontam a problemática do *individualismo* como a fonte principal do quadro epocal caótico do nosso tempo. De início, é preciso reconhecer que o debate sobre o individualismo se trava num cenário dominado por controvérsias e pelo acirramento de posições. Ao que parece óbvio, não interessa à nossa abordagem circular por esse “paiol de pólvora”. Nosso intento é mais modesto: apenas trazer à tona algumas das razões contundentes que acusam o individualismo como mentor e fomentador da situação de mal-estar e caos que enfrentamos atualmente.

Antes de qualquer comentário, um esclarecimento se antepõe. A noção de indivíduo não é uma invenção originária do nosso tempo. No panorama histórico da reflexão filosófica já há indícios de sua emergência desde a Antiguidade. No entanto, levando em consideração a análise de Alain Renaut, é no período moderno que se estabelece a representação inusitada em que a compreensão da liberdade conjugada à ideia de autonomia se coloca como fundamento da identidade do indivíduo e do paradigma da subjetividade. “Nesse aspecto, o que define intrinsecamente a modernidade é, sem dúvida, a maneira como o ser humano nela é concebido e afirmado como fonte de suas representações e de seus atos, seu fundamento (*subjectum*, sujeito) ou, ainda, seu autor: o homem do humanismo é aquele que não concebe mais receber normas e leis nem da natureza das coisas, nem de Deus, mas que pretende fundá-las, ele próprio, a partir de sua razão e de sua vontade”<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> RENAUT, A. *O Indivíduo*. Reflexão acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004. p.10.



A reviravolta é surpreendente, dado que o fato inédito está em que já não pode existir nenhuma outra referência externa, quando se pretende embasar fundamentações. O único ponto de apoio seguro e veraz é o princípio de autonomia do indivíduo que se expande como vontade capaz de autodeterminação.

Em termos concretos, o que aqui vem corroborado é a fórmula sartreana de que “o homem não possui outro legislador senão ele próprio”<sup>6</sup>. E é sob a luz dessa clareira que todo tipo de normatização ou tentativa de justificação ou, ainda, de busca de sentido para a existência encontra a fonte de sua razoabilidade e de seu fundamento.

O enquadramento, nesse caso, é englobante. Fora do campo magnético polarizado pelo princípio de autonomia do indivíduo, qualquer outra base de sustentação se apresenta injustificável e inconsistente. Aquilo que podemos pensar como fundação de valores e princípios, de normas e leis precisa sempre ser remetida a sua fonte primeira, ao seu único e autêntico autor, o indivíduo humano.

Sendo assim, convém ressaltar que a mudança de perspectiva é radical e inovadora. Até então o pensamento estava atrelado às amarras da especulação e da evidência de matriz ontológica. Quando o assunto se referia à fundamentação de valores e princípios, acreditava-se que a base sólida sobre a qual apoiar a investigação só poderia ser a *ordem da natureza* e a *prevalência do Absoluto (Deus)*. Por muito tempo, desde a Antiguidade, era assim que se justificava a necessidade de fundamentação última. Toda tentativa de argumentação caía sob a égide dessas duas vigas mestras, a natureza e Deus, como princípios fundantes.

Nenhuma construção de justificação jurídico-moral poderia passar ao largo dessa compreensão arquetípica. Ela não só fornecia segurança como seguia a evidência de um raciocínio incontestável. Ninguém põe em dúvida de que para a convivência humana a exigência de *normatização* é um pré-requisito imprescindível.

Contudo, uma dificuldade se interpõe, quando se coloca em discussão o problema da fundamentação absoluta ou relativa dos valores e das normas. Junto à própria formulação da norma ou da lei, ou de um princípio moral, vem agregado o problema da extensão de sua validade e a precisão de sua objetividade. Não tem como escapar a esse pomo de discórdia e controvérsia que é a necessidade de fundamentar a validade universal e o caráter objetivo dos princípios normativos.

<sup>6</sup> Cf. *ibid.*, p.10-11.



Se quisermos ir direto ao ponto, para a mentalidade naturalista, isso não é um problema. Como dizíamos acima, ela simplesmente segue a evidência de um raciocínio incontestável em sua base argumentativa. Só há um caminho seguro para apreender e definir valores com rigidez absoluta, normas com amplitude universal e leis que primam pela imponderabilidade; é inegável que essa via só pode desembocar na certeza insofismável de que a *natureza*, isto é, a natureza do ser (do ser humano), das coisas, do mundo é a única fonte como também a ordem imutável para a solidez objetiva e absoluta de todo princípio de normatização.

Essa rápida passagem pela ótica naturalista de herança aristotélico-tomista ajuda a visualizar com mais nitidez como a mudança para a perspectiva moderna individualista foi acentuada. Da natureza para o princípio de autonomia do indivíduo a transposição é avassaladora. O quadro mental sofre um corte abrupto: de uma base inscrita na ordem imutável do ser e do mundo para o terreno movediço e instável da liberdade humana ou, precisamente, do plano da necessidade absoluta para o solo íngreme da contingência.

O rumo que se seguiu para o ultrapassamento e a superação do legado naturalista é indiscutível que investiu todas as cartadas na valorização do indivíduo. Pelo novo enquadramento, o indivíduo ascende como valor supremo e sua autêntica representação se configura na liberdade escorada nos conceitos de autonomia e autodeterminação da vontade.

Para se fugir da fragilidade de uma concepção altamente subjetiva e sem a perspectiva da universalidade, o malabarismo teórico serviu-se de uma estratégia persuasiva. Uma vez que a ordem do cosmo e o primado do transcendente já não prefiguram a ordem humana criada pelas relações, o novo estatuto sócio-antropológico se consolida na ideia de *contrato*.

Pela noção de contrato político-social, o caminho se abre para representar o indivíduo como sujeito autônomo que faz valer o exercício de sua liberdade no mesmo espaço social onde outros indivíduos, como concidadãos, também compartilham de oportunidades, condições e direitos iguais. Esse quadro referencial é significativo para alavancar algumas mudanças consideradas estruturais. O estamento jurídico-legal, por exemplo, é reordenado para se tornar o guardião da *igualização*, legitimada como direitos inalienáveis. O espaço político que favorece a participação do indivíduo pela universalização do direito de voto irrompe como *democracia*. Sem deixar de lembrar que a projeção do ideal de *realização humana* ou do pleno desenvolvimento do sujeito se esclarece e se ajusta como dinâmica de *emancipação individual*.



Essa face do individualismo, conhecida pela igualização de direitos e de condições, há de se reconhecer que é inovadora e emancipatória em relação, principalmente, à configuração democrática do tecido social. Entretanto, é bom não esquecer que existe um outro lado da moeda. Essa mesma face esconde em seu bojo um ponto de desvio ameaçador, o insuperável problema da atomização social. Assim denominado, é o que efetivamente exterioriza e tipifica a tendência de os indivíduos se recolherem à esfera privada, preocupados com a felicidade pessoal e a satisfação consumista de suas necessidades.

Os riscos que tal postura acarreta podem tornar-se inevitáveis e incontroláveis no que diz respeito à fragilização dos laços sociais e à relativização dos valores irredutíveis. “Na lógica atomizadora e particularizadora das sociedades individualistas, o reconhecimento e, mesmo, o compartilhar de valores e referências comuns, superiores ao indivíduo e que também parecem ser constituintes da própria noção de cultura (enquanto modalidade do ser-conjunto), parecem desgastar-se em favor de uma nova maneira de ser, se não em conjunto, pelo menos uns ao lado dos outros: para o indivíduo, já não se trata de submeter-se a normas ou valores que lhe sejam externos; o que ele reivindica é, sobretudo, o direito de afirmar sua diferença, independente da qual seja sua origem e sua natureza”<sup>7</sup>.

Chegamos assim à referência mais palpável do por quê o individualismo ser, também, apontado como uma das possíveis causas do estado de esgotamento do mundo em que vivemos. Ele carrega o germe da falência e da “erosão contínua das tradições e de todas as referências herdadas do passado” devido a sua tendência “atomizadora” e “leucêmica” do tecido social<sup>8</sup>.

A crítica mais contundente tem em vista a denúncia de que o processo de atomização social se acentuou nos últimos anos como efeito da sociedade de consumo, da globalização do mundo e do cenário cibernético-informático e informacional que alimenta as comunicações de massa. Esse conjunto de fatores ajudou a ampliar ainda mais, segundo Jean Baudrillard, a esfera da quotidianidade privada e a reinterpretação do mundo para uso interno<sup>9</sup>.

Para Gilles Lipovetsky, a diversificação dos estilos de vida, a flutuação sistemática da esfera privada e das crenças confirmam que o individualismo

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>8</sup> Cf. *ibid.*, p. 36, 38.

<sup>9</sup> Cf. BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 27.



ocidental entrou em uma nova fase. “Nosso tempo conseguiu eliminar a escatologia revolucionária instaurando uma revolução permanente do cotidiano e do indivíduo: privatização ampliada, erosão das identidades sociais, desgaste ideológico e político, desestabilização acelerada das personalidades. Estamos vivendo uma segunda revolução individualista”<sup>10</sup>.

Tudo isso considerado faz pesar ainda mais sobre o individualismo a carga corrosiva que detém seu ímpeto de recolher e isolar o indivíduo à esfera privada. E esse é um bom pretexto para, segundo o olhar inquisidor, confundir *atomização* com *relativismo*, e acusar tal amálgama como o principal responsável pela ausência total das verdades intangíveis, pelo vazio de referências comuns, enfim, por este mundo esgotado de aderências vinculantes...

#### 4 “O mais sinistro dos hóspedes”

Não podemos parar por aqui; há mais uma pista pela frente... Como sublinhamos no início, nosso intento parte da consideração de que existem quatro ideias que afloram com mais robustez, quando está em causa a discussão sobre os mal-estares que assolam o nosso tempo ou, pela impressão de Franz Kafka, o mundo transtornado em que vivemos.

De todas as pistas percorridas até aqui, a quarta se distingue por parecer mais instigante e ousada. Ela não aparece simplesmente como causa referencial que se coloca ao lado das outras três já analisadas. Seu vínculo com a situação de mal-estar do contexto atual não é visto de modo superficial, mas atinge o fundo do por quê estamos gestando um mundo tão desintegrado.

Para descer a tal profundidade, só podemos supor que semelhante fenômeno conta com a força e a envergadura de plasmar a *mens* do momento epocal contemporâneo. E é sobre esta suposição que está amparada a convicção dos que indicam o *nilismo* como o mentor da gênese do quadro epocal de nosso tempo. Para não parafrasear o dito popular de que chegamos ao “grande vilão da história”, poderíamos insinuar que chegamos ao topo do horizonte de onde a visão enxerga o conjunto panorâmico das coisas muito mais iluminado e esclarecido.

<sup>10</sup> LIPOVETSKY, G. *A era do vazio*: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005, prefácio XV.



Para início de conversa, até parece contraditório, mas a luz mais imponente vem de uma constatação um tanto sombria. “É doloroso reconhecê-lo: o que Nietzsche chamou de ‘o mais sinistro dos hóspedes’ continua entre nós, mais do que nunca, embora travestido em formas inauditas, e por vezes irreconhecíveis, que a cada dia pedem novas descrições, complementações, precisões”<sup>11</sup>.

Daí que de todas as figuras propostas como efeitos de caracterização do mal-estar que contagia o momento presente, há uma imagem perturbadora que insiste em não nos deixar tranquilos. Já é por demais divulgada entre nós a afirmação de que nosso tempo coincide com o advento da era niilista. O que somos e o que nos identifica como pós-modernos têm sua base de sustentação, no sentido de que é a partir dessa fonte onde é possível sorver o ar, o alento e o “espírito” que nos move, esta fonte caudalosa e impregnante que é seguramente o *niilismo*.

Na compreensão de Gilles Lipovetsky, estamos inseridos no horizonte de “uma nova era ‘niilista’”. Seus traços principais estão caracterizados “pela dissolução do componente cultural do mundo e por uma dinâmica estritamente voltada para a valorização da *performance* individual, esvaziada de ideais, de projetos e de valores humanistas”<sup>12</sup>.

Ainda pela trilha de Gilles Lipovetsky, de modo bem concreto, isso significa que “os pontos de referência eminentes esvaziam-se de sua substância, os valores que ainda estruturavam o mundo na primeira metade do século XX (poupança, castidade, consciência profissional, sacrifício, esforço, pontualidade, autoridade) já não inspiram respeito, provocam mais sorrisos do que veneração: espectros de operetas, algo vagamente vetusto ou ridículo se gruda nessas palavras, à nossa revelia. Depois da fase de afirmação gloriosa e heróica das democracias, em que os signos ideológicos rivalizaram em ênfase (a nação, a igualdade, o socialismo, a arte pela arte) com os discursos hierárquicos destronados, entra-se em uma era democrática pós-moderna que se identifica com a dessubstancialização humorística dos critérios sociais maiores”<sup>13</sup>.

Em vários discursos, é com esse tom – um tanto pessimista – que se anuncia entre nós a chegada da era niilista. Interessante notar que seu

<sup>11</sup> PELBART, P. P. *O avesso do Niilismo: Cartografias do esgotamento*. São Paulo: N-1 Edições, 2013. p.13.

<sup>12</sup> LIPOVETSKY, G.; JUVIN, H. *A globalização ocidental: Controvérsia sobre a cultura planetária*. Barueri: Manole, 2012. p. 9.

<sup>13</sup> Id., *A era do vazio*, p. 135.



anúncio não é tão alvissareiro assim. As “boas novas” não são muito promissoras. Sua vinda não está acompanhada de grandes esperanças e de novidades portentosas em relação aos ideais superiores.

Não há alicerce de solidez inabalável que se mantenha de pé ante sua força desintegradora. Segundo o que se apregoa por aí, viver sob a couraça do *niilismo* é contar com o esvaziamento dos critérios que imperavam pela autosuficiência de serem absolutos e transcendentos. É participar de um mundo cuja linha de horizonte não ultrapassa a transitoriedade e a fluidez dos significados relativos que atribuímos à realidade.

A percepção niilista, principalmente a que se evoca no campo filosófico-social, se nutre de uma evidência à primeira vista irrecusável: vivemos num ambiente permeado de desintegração por causa do fenómeno da *dessubstancialização*. Relembrando o que já foi ressaltado anteriormente, “os pontos de referência eminentes esvaziam-se de sua substância”, ou seja, perdem o caráter de serem reconhecidos como parâmetros essenciais.

Por certo, essa onda rumorosa de *dessubstancialização* não cede terreno e dizem que atinge todas as áreas... Nada consegue escapar ileso ao seu poder de depreciação, esvaziamento, dissolução e desconstrução. No fundo, *dessubstancializar* representa o processo em que a razão niilista desconstrói (“fragiliza”) as verdades, os valores, as normas, os critérios, os dogmas, as formas tradicionais, as narrativas, os ideais, até então elevados ao plano do absoluto, do transcendente e do eminente, reportados à esfera do essencial, do universal e do sagrado, fundados metafisicamente sobre a base da causa primeira, da *arché* originária e do fim último.

A retórica niilista acredita que quem trilha esse processo desmitificador dispõe de um modo diferente de olhar o mundo e de se relacionar com a pluralidade. A única visão a que se tem acesso é a do mundo e do plano da existência demarcados pela fragmentação dos pontos de vista, pela regionalização dos valores, pela fragilização dos signos ideológicos, pela realidade desconcertante da diversidade, pela riqueza heterodoxa da diferença, pela precariedade das visões dogmáticas...

De certa forma, o enfraquecimento dos parâmetros tidos como supremos e dos princípios notabilizados como imutáveis e tradicionais leva a percepção a estar mais sensível, a envolver-se mais com a outra margem da vida e da realidade, o seu lado obscuro, tortuoso, contraditório, e até mesmo cruel... Pela ótica niilista, o que ascende em primeiro



plano e adquire mais visibilidade são as situações-limite da existência humana. O foco está mais centrado nas pedras de tropeço que encontramos ao longo do caminho e que nos roubam a segurança como, por exemplo, o absurdo, o *nonsense*, o trágico, o desespero, a depressão, a aniquilação, a dissolução, a ironia, a franqueza cínica, a contingência, o devir, o desencanto, a dessacralização...

Mas é bom ficar atento, pois o limite extremo para o qual se direciona o processo niilista desconstrutivo traz em si efeitos, sob o olhar de muitos, considerados não tão aprazíveis como são o vazio, a fragmentação, o desencantamento, a desorientação, a relativização. Por sinal, é dando ênfase a essas imagens desconcertantes que o discurso niilista de modo geral reconhece a chegada da era niilista entre nós.

Se isto está acontecendo, há um questionamento que deve perturbar-nos e prender nossa atenção:

– De fato, já somos *niilistas consumados*?

Estamos vivendo o momento presente com a consciência de que fazemos parte de um mundo que se identifica e se reconhece niilista? O niilismo realmente é a mente que forma e sustenta a nossa vida do dia-a-dia? Ou, pelo contrário, não deixa de ser mais um dentre tantos outros discursos postiços que já houveram e que, com sua astúcia argumentativa, nos vende a imagem alienada e caricatural daquilo que deveras não somos?

### Finalizando...

Deu pra perceber que o questionamento é inquietante. As transformações no tempo crítico em que vivemos são tão profundas que já se prevê que estamos passando por uma *mudança de época*.

O que é provocador, porém, não é o fato em si das mudanças que nos situam em outro limiar epocal, pois isso já é um dado inquestionável, mas o que deve inquietar nossa percepção é essa insistência em tom de profecia penumbrosa de que o novo tempo se gesta “na” e se plasma “pela” *perspectiva niilista*. E o que é mais desafiador ainda é pensar que já estamos inseridos dentro de um horizonte em que os significados que construímos para justificar nossas posturas sintomaticamente refletem e reproduzem a influência e os ditames da retórica niilista.

Em relação às outras causas elencadas – a secularização, o atomismo social e a racionalidade instrumental, é explícito que a ideia



que desperta mais preocupação é a incontornável infiltração niilista na mentalidade atual e nos estilos de vida.

Referir-se ao *niilismo* como a imagem mais significativa e temível para explicar o panorama desestabilizador da atualidade exigiria ainda que se rastreassem os meandros dessa influência avassaladora e tempestuosa. Essa insistência obsessiva de entronizá-lo e de estendê-lo como a *mens* plasmadora do nosso tempo torna forçoso o apelo a um aprofundamento mais amplo e detalhado.

Mas, ficamos por aqui. Estender a análise, isso extrapolaria a concisão que se espera de um artigo. Em outra oportunidade, retomaremos nossa conversa...

Só mais uma coisa: uma sugestão para a reflexão pessoal. Vale a pena concentrar-se na frase do filósofo alemão Ernest Jünger que assevera incisivamente: “Conhece muito pouco nossa época quem não experimentou a enorme força do Nada e não foi tentado por ela”...

### Referências bibliográficas

- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- HEIDEGGER, M. “A questão da técnica”. In: *Ensaaios e Conferências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEOPOLDO E SILVA, F. “Martin Heidegger e a técnica”. In: *Scientiae Studia*, São Paulo (2007), v. 5, n. 3.
- LIPOVETSKY, G. *A era do vazio*. Ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.
- LIPOVETSKY, G. e JUVIN, H. *A globalização ocidental: Controvérsia sobre a cultura planetária*. Barueri: Manole, 2012.
- PELBART, P.P. *O avesso do Niilismo: Cartografias do esgotamento*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- RENAUT, A. *O Indivíduo: Reflexão acerca da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.
- TAYLOR, C. *A ética da autenticidade*. São Paulo: É Realizações, 2011.